

Tendências, usos e efeitos da transmissão direta no telejornal

Yvana Fechine¹

O reconhecimento da influência da comunicação mediada por computador sobre os formatos televisuais é, hoje, uma idéia corrente entre profissionais e estudiosos da televisão². Com a Internet, a televisão perdeu a exclusividade nas trocas em tempo real operadas por um sistema semiótico audiovisual. Essa consolidação da comunicação audiovisual mediada por computador provocou transformações nos modos de organização dos discursos televisuais e, dessas mudanças, não escapou nem um dos mais consolidados dos seus formatos, o telejornal. Partindo dessa premissa, este artigo pretende apontar uma estratégia adotada pelos telejornais brasileiros que pode ser creditada, entre outros fatores (inclusive aqueles associados às disputas de mercado), a uma nova configuração dos processos comunicacionais. Nesse cenário em que a imediatividade e a capacidade de interação agregam maior valor às mídias, observa-se uma tendência à utilização cada vez maior da transmissão direta pelos telejornais tanto para a produção de um efeito de atualidade na divulgação da informação quanto para a construção de um sentido de presença entre os sujeitos envolvidos na comunicação.

Para entender melhor como a transmissão direta instaura tais efeitos, precisamos, no entanto, discorrer antes sobre as próprias estratégias de construção do tempo no telejornal. A partir de uma perspectiva semiótica, o telejornal pode ser tratado como um enunciado englobante (o noticiário como um todo) que resulta da articulação, por meio de um ou mais apresentadores, de um conjunto de outros enunciados englobados (as notícias) que, embora autônomos, mantêm uma interdependência. Podemos assim, em outros termos, conceber o telejornal como um conjunto que emerge justamente da articulação dessas sucessivas unidades numa instância enunciativa que as engloba. Nas suas mais variadas formas – reportagens gravadas, entrevistas no estúdio, entradas “ao vivo”, gráficos, material de arquivo, etc. –, todos os enunciados englobados (unidades) organizam-se em função desse enunciado englobante implícito (todo) justamente porque estão inseridos, e são articulados entre si, numa mesma temporalidade definida pelo início e pelo fim do programa. Essa temporalidade corresponde à duração, continuamente no presente, na qual se dá a própria transmissão do telejornal. Essa duração da transmissão corresponde, do ponto de vista enunciativo, ao *agora* do ato de enunciação que instaura o enunciado englobante (o telejornal propriamente dito). Como em qualquer procedimento de discursivização, esse *agora* da enunciação corresponderá a um “momento zero” da “colocação em discurso” e é em relação a ele que o tempo dos conteúdos enunciados irá se definir como concomitante ou não-concomitante.

Por se tratar de um conjunto (englobante) que só se manifesta, concretamente, por meio das suas unidades (englobadas), o telejornal exige que se pense a relação de

¹ Jornalista e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do Centro de Pesquisas Sociosemióticas (PUCSP – USP – CNRS) e do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Contemporânea (UNICAP). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

² Sobre a influência da Internet sobre a TV, veja, por exemplo, Vilches (2003).

concomitância ou não-concomitância com o *agora* da sua enunciação a partir de cada uma das seqüências gravadas ou diretas que formam o todo. Na análise do telejornal, isso implica em observar, inicialmente, se cada enunciado englobado situa-se no mesmo *agora* da enunciação do enunciado englobante ou se, ao contrário, situa-se num *então* em relação a tal momento. Para que o enunciado englobado situe-se num mesmo *agora* da enunciação é preciso admitir, de modo geral, que ele está se fazendo discursivamente no mesmo momento que o enunciado englobante. O que significa dizer, em outras palavras, que este enunciado englobado corresponde necessariamente a uma seqüência direta (“ao vivo”). Quando o enunciado englobado situa-se num *então* em relação ao “momento zero” da enunciação (relação de anterioridade) é porque, ao contrário, não está mais se fazendo no mesmo momento que o enunciado englobante e trata-se, portanto, de uma seqüência previamente gravada.

Em função da estrutura recursiva do telejornal, o apresentador não se constitui, no entanto, no único actante (pessoa) desse macroenunciado que é o telejornal. Todo o telejornal se organiza a partir da delegação de voz que um *eu* (quem fala) explicitamente instaurado no enunciado englobante confere a novos actantes definidos no nível dos enunciados englobados. Empiricamente, o modo mais freqüente de se estabelecer no telejornal esta delegação de voz é a convocação pelo apresentador de um repórter ao qual cabe a narrativa do fato. Toda delegação de voz ou delegação actancial envolve necessariamente duas possibilidades temporais: o actante que delega a voz pode posicionar o actante delegado em um tempo concomitante ou em um tempo não-concomitante ao seu próprio. Quando a seqüência é direta (entrada “ao vivo” do repórter), a delegação actancial é feita sem que haja um deslocamento temporal: repórter e apresentador, no caso, compartilham o mesmo *agora* enunciativo. Esta concomitância é inscrita no enunciado englobado pela logomarca “vivo” no canto da tela.

Quando analisamos, ao contrário, uma seqüência gravada inserida no telejornal direto, a delegação actancial pressupõe necessariamente um deslocamento temporal no momento de fala, já que o actante que delega (apresentador) e o actante delegado (um repórter, por exemplo) posicionam-se em tempos não-concomitantes. Ou seja, o procedimento de delegação de voz produz também, nesse caso, o recuo a um momento anterior ao *agora* instaurado pelo telejornal, uma vez que quem assume a fala o faz num tempo passado em relação ao presente da instância delegadora³. Tais procedimentos produzem, antes de mais nada, a instauração de efeitos de sentido de maior ou menor proximidade entre o ato de enunciação e o conteúdo enunciado. As situações que nos interessam aqui, no entanto, correspondem apenas àquelas em que a delegação de voz de um actante a outro se dá sem deslocamento temporal. O que só ocorre quando, no jargão jornalístico, o apresentador “chama” um repórter para uma entrada “ao vivo”. Nesse caso, temos a instauração do que aqui distinguiremos como *tempo atual* e *tempo real*, associados respectivamente à produção de um efeito de imediaticidade na divulgação das notícias e ao sentido de presença, mencionados anteriormente.

Tempo atual, tempo real

Como a maioria dos fatos noticiados por um telejornal não ocorre, enquanto o programa está no ar, a transmissão direta passa a ser parte fundamental de estratégias que visam simular uma proximidade temporal entre a sua ocorrência e sua transmissão pelo telejornal. A configuração do *tempo atual* está associada a essas situações nas quais um repórter entra “ao vivo” para falar de algo que ele próprio situa em um momento anterior

³ Uma vez instalados no interior dos enunciados englobados, os actantes delegados (um repórter, por exemplo) podem, por sua vez, propor ou não novos deslocamentos temporais em relação ao momento no qual eles próprios falam. Para ter uma descrição mais completa da construção do tempo no telejornal, veja Fechine (2001).

(passado) em relação ao presente do telejornal e, conseqüentemente, não-concomitante com o *agora* da sua transmissão. Quando isso ocorre, geralmente, o repórter fala “ao vivo” do mesmo lugar no qual se deu o fato reportado e as duas configurações mais freqüentes são as seguintes: 1) o repórter dá todas as informações por meio de um *stand-up*⁴; 2) o repórter dá as últimas informações “ao vivo” e chama uma reportagem gravada que ele mesmo (ou outro) fez sobre o fato noticiado horas antes do telejornal ir ao ar. É muito comum ainda o telejornal mostrar uma reportagem gravada feita por um determinado repórter e, depois da sua exibição, chamá-lo numa entrada “ao vivo” em um dos cenários mostrados na matéria para dar as últimas informações relacionadas ao caso.

Qual o sentido, em última instância, dessas situações em que o telejornal constrói um tempo atual? Ora, o repórter fala de algo que não é concomitante ao seu momento de fala, mas seu momento de fala coincide com o momento de fala do apresentador, já que ele faz uma entrada “ao vivo”. Os dois compartilham, portanto, de uma mesma duração: estão inseridos no *agora* do telejornal. Como o repórter também está inserido nesse *agora* da duração da transmissão do telejornal, é como se tudo aquilo sobre o qual ele fala fosse também alçado ao presente no qual se dá o seu momento de fala. Assim, por meio dessa estratégia de inserção do repórter e do apresentador no mesmo *agora* em que se dá transmissão promove-se a *atualização* de um fato passado ao presente do telejornal. Colabora para a construção desse efeito de continuidade temporal a inserção do repórter, no ato da enunciação, no mesmo espaço ao qual se refere no conteúdo enunciado (espaço da enunciação = espaço do conteúdo enunciado). A adoção dessa estratégia de construção de uma continuidade espaço-temporal resulta, por fim, em um efeito de maior proximidade entre o conteúdo enunciado e o próprio ato de enunciação por meio do qual se diminui a distância entre o fato jornalístico e sua divulgação pelo telejornal.

A configuração do *tempo real*, por sua vez, está associada a situações nas quais um telejornal registra e exhibe um acontecimento que está se dando no momento mesmo em que está sendo transmitido pela TV. Nesses casos, apresentador e repórter compartilham um mesmo *agora*; situam seu momento de fala numa mesma temporalidade (o presente do telejornal). Estão inseridos assim numa mesma duração: uma duração na qual tanto está *se fazendo* aquilo sobre o qual ambos falam quanto o próprio telejornal (a duração da transmissão). Estabelece-se, aqui, um efeito de correspondência entre uma duração da TV e “do mundo”, como se houvesse uma temporalidade recortada diretamente do real”. O que é, em última instância, a grande pretensão do telejornal: “injetar” no discurso uma espécie de “duração extraída diretamente do mundo”.

Operando com o tempo real, o telejornal propicia, aquém e além dos conteúdos postos em circulação, a experiência comum de “ver TV”. Vejo o que os outros estão vendo no momento mesmo em que eles estão vendo. O efeito de contato produzido pela transmissão direta parece ser justamente o resultado do reconhecimento tácito de que algo está se atualizando (se fazendo) *agora* tanto *aqui* (espaço do “eu”) quanto *lá* (espaço do “outro”): um contato produzido *pela* e *na* duração. Compartilho com os responsáveis pela emissão (produtores) e com milhares de outros espectadores (receptores) de um mesmo tempo — o tempo instituído pela própria transmissão — e, através deste, todos nos encontramos em um mesmo “lugar” — um espaço que não se constitui mais materialmente, um espaço simbólico, um espaço “vivido” tão somente através da transmissão. É nesse tempo e nesse “lugar”, criados por esse nosso próprio contato com a televisão, que se estabelece um tipo de encontro entre sujeitos.

⁴ No telejornalismo, chama-se *stand-up* a toda seqüência na qual as informações são dadas a partir de uma aparição, em primeiro plano, do repórter.

Inserindo destinadores e destinatários numa temporalidade que é tanto do discurso (da TV) quanto do “mundo” (dos fatos), a transmissão faz da sua própria duração a instância de interação, na qual se instaura um tipo de “contato”, de “acesso direto”, entre os sujeitos (ou entre estes e a “realidade”). É a partir desse efeito de contato entre sujeitos da enunciação, forçados pela própria transmissão, que se instaura um sentido de presença nas entradas “ao vivo” do telejornal alicerçadas no tempo real. Esse sentido de presença é a pré-condição para a construção de três outros efeitos, a partir dos quais a maioria dos telejornais legitima-se hoje perante sua audiência: autenticidade, vigilância e interação. Vamos então descrever melhor cada um deles.

Promessa de autenticidade.

A concomitância temporal entre o momento em que se dá o acontecimento, o momento em que é transmitido pela TV e é visto por milhares de pessoas confere por si só um caráter testemunhal às entradas “ao vivo”. O sentido de presença, construído aqui pela operação em tempo, é inerente à situação testemunhal. Ao acompanhar, ao mesmo tempo, o *se fazendo* da transmissão e do próprio acontecimento transmitido, o espectador é confrontado com a promessa de que aquilo que ele vê é mais “verdadeiro” ou mais autêntico, justamente por ser menos manipulável *a posteriori*. Essa promessa de autenticidade pode ser atribuída também à própria imprevisibilidade da transmissão, o que pressupõe um menor controle sobre o que é levado ao ar e, conseqüentemente, produz uma maior impressão de “transparência”. Toda entrada “ao vivo” de um repórter, de um correspondente ou de um convidado parece estar sempre atrelada à tentativa de demonstrar ao telespectador que a TV pode mostrar a “realidade sem filtros” (sem manipulação pela edição do que vai ser exibido). Foi, afinal, a própria TV quem primeiro se encarregou de atribuir às suas transmissões diretas a pretensão de funcionarem como uma “janela” para o mundo, como uma possibilidade de “representação fiel do real” e, conseqüentemente, como garantia de objetividade.

Não se pode esquecer, no entanto, que as entradas “ao vivo” no telejornal correspondem, sobretudo, à adoção de estruturas narrativas de verossimilhança: estratégias que procuram conferir o estatuto de “verdade” ao conteúdo transmitido demonstrando, antes, a autenticidade do seu próprio ato de transmissão. Por isso, a incorporação de erros, de imprevistos e até de problemas técnicos, que em outros gêneros seriam inaceitáveis, são interpretados antes, no “ao vivo”, como “marcas” da fidedignidade da transmissão e do que é transmitido. São justamente estas “marcas” que, aliadas à *atualidade* produzida por outros procedimentos enunciativos, instauram um efeito de acesso mais imediato, direto e genuíno aos fatos. Instaura-se assim uma permanente promessa de autenticidade que, embora perpassasse todo o gênero, pode ser observada mais freqüentemente nas entrevistas que o telejornal realiza “ao vivo”, seja através dos *links* externos, seja no próprio estúdio, onde os apresentadores costumam receber convidados.

Por que tais situações são exemplares dessa promessa de autenticidade? Essencialmente, pela possibilidade que oferecem de desfechos surpreendentes, a partir da ocorrência de discussões acaloradas entre entrevistadores e entrevistados ou de respostas e reações inesperadas dos convidados (podem ficar desconcertados ou descontrolados com uma determinada pergunta). Poderíamos pensar, aqui, numa seqüência hipotética na qual o entrevistado reclamasse “no ar” contra o tratamento dado pelo telejornal a determinado tema, ou até mesmo se recusasse a falar no momento mesmo em que fora convocado para sua entrada “ao vivo”. É evidente que desfechos surpreendentes poderiam ocorrer se a entrevista fosse previamente gravada. Mas haveria sempre, nesse caso, a possibilidade da produção do programa colocar no ar apenas os trechos desfavoráveis ao entrevistado, omitindo as passagens que, de algum modo, pudessem ser negativas à imagem do telejornal ou dos seus

profissionais. Quando a seqüência é previamente gravada, o telejornal tem, portanto, a prerrogativa de levá-la ou não ao ar. Parece óbvio que o entrevistado também não procederia da mesma forma, pois, numa seqüência gravada, ele não poderia tirar proveito da possibilidade propiciada pelo “ao vivo”, tanto ao entrevistador quanto ao entrevistado, de constranger e/ou surpreender, em ato, o seu interlocutor.

Numa seqüência gravada, a consciência que o telespectador possui de que o material foi manipulado, previamente, numa ilha de edição, neutraliza, ao menos em parte, o sentimento de estar diante de uma ocorrência ou comportamento genuínos, tais como instaurados pela transmissão direta. Sem o “ao vivo” perde-se, justamente, a sensação de presença que lastreia essa promessa de autenticidade. Com a realização da entrevista “ao vivo”, o telejornal sugere ao telespectador que a seqüência apresentada naquele momento não é o que decidiram que ele deveria ver dentre todo o conteúdo revelado por aquele entrevistado: o que ele vê é, de certa maneira, uma “sucessão bruta” do material que a própria TV pode exibir, exatamente naquele momento, sobre um determinado assunto, produzindo-se a partir disso um sentido de fidedignidade⁵. Por sua imprevisibilidade e sua pressuposta autenticidade, a construção de conteúdos por meio de uma performance “ao vivo” dos sujeitos envolvidos na comunicação é também um modo de renovar a tensão dos próprios acontecimentos.

O efeito de vigilância.

Pela possibilidade de estabelecer uma correspondência entre uma duração do discurso (da TV) e do “mundo”, muitos telejornais assumem como uma de suas atribuições o exercício de uma certa “vigilância” sobre a cidade. E qual a condição essencial ao exercício da vigilância seja pelo telejornal, seja por qualquer outra instância? A presença. Especialmente entre os telejornais locais, uma estratégia freqüente para produção de um “estar aí” ou de um sentimento de prontidão é a manutenção de *links* em helicópteros, que, nos programas de Rede Globo, foram sugestivamente batizados de Globocops⁶. Poucas estratégias são tão eficientes quanto o uso de helicópteros para figurativizar a presença do telejornal na cidade. É através desses *links* que o telejornal garante também uma cobertura ágil e direta dos acontecimentos que não estão previstos na sua pauta diária. Pela sua rapidez e facilidade de deslocamento em cidades cada vez maiores e, geralmente, com trânsito caótico, helicópteros acabam funcionando como uma espécie de “batedores” (precursores), garantindo do alto as primeiras informações de coberturas que, quando envolvem fatos de maior repercussão, costumam ser complementadas por equipes que se deslocam em unidades móveis em terra. Muitas vezes, é o próprio helicóptero e, no sobrevôo pela cidade, ao longo do telejornal, descobre notícias que nem sequer chegaram ainda à redação.

Não é raro que os próprios repórteres a bordo do helicóptero entrem “ao vivo” demonstrando ter poucas informações sobre os flagrantes que registram, limitando a sua fala, portanto, a descrições tão genéricas quanto redundantes em relação ao que as imagens por si sós nos mostram. Nessas situações, o *link* instalado no helicóptero acaba funcionando, de

⁵Não se quer dizer com isso que não há edição na transmissão direta. Esta, porém, limita-se, geralmente, ao corte de uma câmera à outra, quando há essa possibilidade, no próprio momento de transmissão. Como quase tudo que vemos na TV, a transmissão direta é, afinal, um exercício de montagem (cf. Eco 1991). Nas transmissões diretas, porém, não há a manipulação do material *a posteriori*. Mesmo quando há seqüências gravadas intercaladas, a seqüência maior, dentro da qual estas são “costuradas”, através da participação “ao vivo” de um repórter, não foi previamente editada e é montada no momento mesmo em que está indo ao ar.

⁶Em inglês, “cop” é a abreviatura de “copper” que significa guarda ou policial. Propositalmente ou não, a escolha desse nome não podia ser mais adequada para helicópteros que desempenham, nos telejornais da Rede Globo, esse papel explícito de vigilância.

modo ainda mais evidente, como uma espécie de “câmera de vigilância” autônoma, autêntica e permanentemente voltada sobre a cidade. O helicóptero produz o efeito, através dessas suas participações “ao vivo” no telejornal, de um verdadeiro dispositivo panóptico capaz de mostrar tudo o que de mais importante se passa na região metropolitana no momento mesmo em que o telejornal está indo ao ar: em um bloco ele pode simplesmente entrar prestando serviços sobre o tempo ou o trânsito nas estradas e/ou grandes avenidas; no outro, ele pode mostrar flagrantes de ações policiais (perseguições, confronto com manifestantes, assaltos, etc.) ou de acidentes (principalmente os de trânsito). Nada é, no entanto, tão ilustrativo do papel que o helicóptero desempenha nas transmissões diretas dos telejornais quanto àquelas situações em que ele consegue flagrar grandes acidentes ou desastres naturais (incêndios, enchentes, etc.), muitas vezes, antes mesmo da chegada da própria polícia, das equipes de resgate ou dos bombeiros.

É com o registro destes flagrantes que o telejornal confirma um sentido de prontidão construído não somente, mas principalmente, através desses *links* nos helicópteros. Entretanto, não é em toda edição que os helicópteros mostram ao espectador acontecimentos extraordinários. Embora sejam muitos os episódios desta natureza em qualquer grande cidade, é evidente que nem sempre sua ocorrência coincidirá com o horário de exibição do telejornal. Pelo contrário. Os helicópteros são utilizados, geralmente, para informações mais triviais sobre o trânsito e sobre o tempo nas grandes regiões metropolitanas. Mas é justamente nessa alternância entre o ordinário e o extraordinário que o helicóptero constrói o efeito de presença próprio ao regime de plantão: uma sensação de “presença” que se instaura só pelo simples fato de nos fazerem saber que há um aparato esperando para nos revelar, a qualquer momento e de qualquer lugar, o inesperado. Não importa que na maioria das exibições o helicóptero não nos mostre nada de excepcional, pois a sua mera aparição já é por si só carregada de sentido: se tudo o que os helicópteros exibem numa determinada edição do telejornal são os engarrafamentos diários de uma metrópole como São Paulo, por exemplo, o espectador pode então almoçar tranquilo. A cidade parece estar, até aquele momento ao menos, vivendo um dia sossegado e o telejornal local faz mais uma transmissão rotineira. O helicóptero é, em suma, o dispositivo que, em um número cada vez maior de telejornais, propõe mais ostensivamente um sentido de presença do telejornal no “mundo” – o sentido de presença próprio da vigilância, comparável, em certa medida, àquele produzido pelas câmeras de monitoramento interno instaladas em lugares públicos, como os aeroportos e metrô.

Estratégias de interação.

A continuidade espaço-temporal propiciada pela transmissão direta ancora a construção de diferentes situações de interação por meio do telejornal. No limite, o uso do tempo real pode, na duração em que a operação técnica estabelece, instaurar um espaço sem qualquer correspondência no mundo natural, um espaço proposto, exclusivamente, como um lugar de interação entre sujeitos. Trata-se aqui de um lugar que só possui existência na tela da TV como manifestação intangível do espaço criado pelo tempo da própria transmissão para acolher seus actantes. Pela articulação de dois ou mais *links* “ao vivo”, os telejornais forjam um espaço no qual reúnem, por exemplo, líderes comunitários e autoridades, políticos de diferentes posições, repórteres em diferentes lugares discutindo um mesmo tema. O espaço simbólico – ou esse “lugar” – criado pela transmissão funciona como um fórum, como tribuna, como um lugar de diálogo, já que a temporalidade comum aos vários *links* estabelece uma espécie de co-presença entre todos os sujeitos envolvidos na comunicação. A continuidade espaço-temporal que se estabelece pela aparição simultânea desses interlocutores nos permite, assim, considerar a própria duração da transmissão como uma instância, ainda que intangível, de encontro – um encontro não apenas entre os sujeitos

envolvidos na comunicação, mas também entre estes e o público, que, nas transmissões “ao vivo”, é também convidado cada vez mais a interagir por meio telefone ou Internet.

Para mostrar como, no limite, a transmissão direta pode se constituir nesse “lugar” de interação, tomaremos como exemplo um momento raro na TV brasileira em que dois telejornais locais, o NETV e o SPTV⁷, veiculados em 07 de julho de 2001, foram exibidos, respectiva e simultaneamente, em Pernambuco e em São Paulo, por meio da articulação de *links* entre os dois estados. Nessa edição, o SPTV elegeu como tema principal a migração de nordestinos para São Paulo motivada pelo recrudescimento da seca no Nordeste. Para tratar do assunto, o apresentador do SPTV, Chico Pinheiro dividiu o comando do segundo bloco do telejornal com o colega Chico José, que apresentou o NETV. Não haveria nada de excepcional nisso se Chico José e Chico Pinheiro não estivessem geograficamente separados por quase três mil quilômetros quando apresentaram, juntos, o telejornal. Mas que telejornal exatamente? Nesse dia, o SPTV e o NETV transformaram-se, momentaneamente, em um só telejornal que não foi propriamente transmitido nem de Recife, nem de São Paulo e foi, ao mesmo tempo, transmitido dos dois e para os dois estados. Por meio de duas “janelas”⁸, que dividiam simetricamente a tela, Chico Pinheiro e Chico José alternavam seus momentos de fala, comentando e introduzindo a exibição tanto de reportagens sobre a seca feitas em Pernambuco, pelos repórteres do NETV, quanto matérias feitas pelos profissionais do SPTV sobre as condições dos migrantes em São Paulo. Posicionados em plano e contraplano nas “janelas”, que dividiam a tela e tentavam sugerir uma interação face a face entre os dois, os apresentadores enfatizavam, por meio de suas falas, a constituição desse espaço que, logicamente, não tinha uma correspondência empírica possível: “*Chico José, boa tarde. São Paulo hoje está aí em Pernambuco*”, diz Chico Pinheiro ao que o seu colega responde “*Boa tarde, Chico, o Nordeste também está aí em São Paulo*”.

Ora, o que o SPTV e o NETV fizeram nessa edição conjunta foi evidenciar, exemplarmente, a natureza semiótica do espaço que a transmissão direta de todo telejornal constrói. Nesta edição, o telejornal obliterou a própria figurativização do ambiente físico (um estúdio que lhe dá identidade), a partir do qual se dá a sua transmissão. No momento em que Chico José e Chico Pinheiro estavam no ar, de que local, afinal, estava sendo transmitido aquilo que se via? Qual era o estúdio que nos servia como ponto de referência para oposições espaciais instauradas pelo telejornal? Nesse caso, não havia outro espaço de referência que não o da própria tela, na qual víamos os dois apresentadores através de duas “janelas” e em planos necessariamente mais fechados, que desreferencializavam por completo o ambiente físico no qual cada um deles estava falando. Chico Pinheiro e Chico José só podiam se encontrar, literalmente, no ar: ou seja, o que os fazia parecer “estar juntos” em um mesmo “lugar” era tão somente a duração da transmissão direta do telejornal. Foi no tempo, portanto, que se construiu, virtualmente, o espaço discursivo do encontro. Constituiu-se assim um lugar que só existia enquanto construção formal de uma temporalidade compartilhada pelos dois apresentadores quer se considerasse uma dimensão discursiva (o mesmo *agora*) ou uma dimensão comunicativa (o tempo crônico da transmissão).

Se a produção desse encontro entre os dois apresentadores foi, por força da transmissão direta do telejornal, concomitante à sua recepção, tornou-se possível expandir

⁷ NETV e SPTV são os nomes, respectivamente, dos telejornais locais da Rede Globo em Pernambuco e em São Paulo. O NETV obedece ao mesmo modelo de jornal comunitário do SPTV e era, na ocasião, veiculado no mesmo horário.

⁸O termo “janela” designa, a rigor, um recorte retangular na tela para inserção, dentro do quadro principal, de uma imagem superposta a uma outra que permanece ao fundo. O termo também é usado para designar os efeitos visuais eletrônicos que permitem a divisão da tela em uma ou mais seções (*double screen* ou *multiple screen*). No telejornalismo, o uso mais freqüente desse recurso técnico é justamente para permitir a exibição simultânea de interlocutores que falam de diferentes locações.

ainda mais este espaço intangível do “ao vivo”. Para isso, já não nos limitaremos a circunscrever este “lugar” aos limites da tela, mas, admitindo que a temporalidade na qual se deu a performance dos dois apresentadores estava sendo também compartilhada pelo espectador, foi possível incluí-lo no mesmo espaço produzido pela duração da transmissão. As marcas disso no SPTV eram claras, seja no verbal, pela interpelação direta ao espectador (do tipo: “*Você acredita no que disse o vereador?*” ou “*Vá até a janela e olhe o tempo*”), seja no visual, por meio dos posicionamentos de câmera. Enquadrados frontalmente nas “janelas” de onde falavam, Chico José e Chico Pinheiro entreolhavam-se, mas também dirigiam, insistentemente, o seu olhar para o espectador, interpelando-o, instalando-o nesse contracampo que também fazia parte desse espaço definido, *na e pela* própria transmissão, pela triangulação de olhares. Os apresentadores conversavam entre si, mas sem esquecer de “incluir” no seu diálogo um espectador pressuposto a quem esperavam envolver e mobilizar numa campanha de arrecadação de alimentos para as vítimas da seca.

É nesse tempo permanentemente atual e nesse espaço virtual, forjados pela transmissão direta, que, em situações como esta, os sujeitos entram em contato: a instauração de um efeito de “estar frente a frente aqui e agora” define interações tanto entre os destinadores quanto destes com os destinatários da comunicação. Esta configuração enunciativa, raramente observada quando se trata de estabelecer um *link* de um telejornal com um outro, pode ser, no entanto, identificada com muita frequência quando nos dispomos a analisar alguns programas interna e isoladamente. Nas transmissões de uma rede internacional, como a CNN, que veicula sua programação e mantém correspondentes em várias partes do mundo, a utilização de “janelas”, através das quais se coloca no ar dois ou mais *links* instalados em diferentes Estados dos EUA ou em diferentes países, é um recurso habitual para produzir o efeito de ubiquidade que a emissora declaradamente ambiciona. Na maioria dos telejornais, os *links* externos e as “janelas” também são usados com relativa frequência para permitir que o apresentador, de algum modo, “saia” do estúdio numa clara tentativa de diluir os limites entre o *aqui*, espaço de fala daquele que delega a voz (o apresentador), e o *lá*, espaço de fala daquele a quem ele delega voz para, *in loco*, construir o conteúdo enunciado.

Explorando, cada vez mais, os diferentes usos da transmissão direta – notadamente os que foram destacados aqui –, grande parte dos telejornais soube aproveitar os efeitos por ela produzidos para consolidação da sua própria imagem perante a audiência. Qual é, afinal, a primeira promessa de um gênero como o telejornal senão a imediaticidade, a *atualidade* na divulgação das notícias? Qual é, por fim, o grande apelo de um programa que se ocupa, antes de mais nada, da construção da sua própria credibilidade? A construção de uma relação de confiança por parte do público amparada pela promessa de autenticidade (transparência), vigilância, interação e proximidade (com os fatos e entre os sujeitos envolvidos no ato de comunicação, o que inclui o próprio espectador) renovada a cada edição. Forçado, por um lado a concorrer com outros meios que operam com imagens em tempo real, e estimulado, por outro lado, pela simplificação das operações técnicas envolvendo os *links* em unidades móveis, assim como pela redemocratização do País, os telejornais brasileiros, a partir dos anos 90 especialmente, encontraram na exploração da transmissão direta um caminho para se tornarem, em todos os sentidos, muito mais “vivos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ECO, Umberto (1991). “Enredo e casualidade. Estruturas estéticas da transmissão direta”, in *Obra aberta*, trad. Giovanni Cutolo, 8ª edição. São Paulo: Perspectiva.
- FECHINE, Yvana (2001). *Televisão e presença: uma abordagem semiótica da transmissão direta em gêneros informativos*. Tese de doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica – PUCSP.
- FIORIN, José Luiz (1996). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- JOST, François (1997). “La promesse des genres”, *Réseaux*, Dossier “Genre televisuel”, N°81, Paris, PRISME/CNET/CNRS.
- LANDOWSKI, Eric (2002). *Presenças do Outro. Ensaio de Sociosemiótica*. Trad. Mary Barros. São Paulo: Perspectiva.
- MACHADO, Arlindo (2000). *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac.
- VILCHES, Lorenzo (2003). *A migração digital*. Trad. Maria Immacolata V. de Lopes. São Paulo: Edições Loyola.
- WOLF, Mauro et. al. (1984). *La ripresa diretta. Spettatori e testi nella contemporaneità*, Roma, Rai/Coll. VQTP, N°52.